

**PROPOSTA DE UM MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS PARA
PROPRIEDADES FAMILIARES FUNDAMENTADO
NA METODOLOGIA DE PAULO FREIRE PARA
EXTENSÃO RURAL**

*Proposal of a model of development of
products for family properties based in
the methodology for Paulo Freire for rural
extension*

Poliana Bruno Zuin*

Luís Fernando Soares Zuin**

Resumo

O objetivo desse artigo é compartilhar uma proposta teórico-metodológica de extensão rural a fim de emancipar os pequenos produtores rurais. Utilizando o referencial teórico de Paulo Freire e entendendo os processos de ensino-aprendizagem como *praxis* que resulte em uma sociedade sustentável e mais humanitária, buscamos por meio do diálogo fornecer aos pequenos produtores rurais um modelo de desenvolvimento de produtos de forma que os levem a produzir alimentos com um maior valor agregado e com respeito ao meio ambiente, mas que ao mesmo tempo os tornem sujeitos desse processo.

Palavras-chave: Extensão rural. Metodologia Paulo Freire. Produção de alimentos sustentável.

* Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Email: polianatbc@hotmail.com

** Professor do curso de Administração de Empresas da PUC - Campinas; Zootecnista pela Universidade Estadual Paulista; doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. Email: lfzuin@hotmail.com

Abstract

The objective of this article is to share a theoretical-methodological proposal of extension in order to emancipate the small agricultural producers. From the theoretical referential of Paulo Freire, and understanding the teach-learning processes as praxis that results in a sustainable and more humanitarian society, we search by means of the dialogue to supply to small agricultural owners a model of development of products that takes them to produce foods with a bigger aggregated value and respect to the environment, but that at the same time turn them subjects of that process.

Keywords: Rural extension. Paulo Freire`s methodology. Sustainable production of food.

INTRODUÇÃO

A extensão rural no Brasil nasceu num cenário de grande investimento econômico, cujo principal intuito era superar o atraso na agricultura. As décadas de 60 e 70 são conhecidas como um período de mais intensa modernização da agricultura brasileira, ocorrida após a reforma do crédito rural de 1964, que objetivava difundir as inovações tecnológicas no campo, por meio do processo de extensão rural.

Diante disso, houve um movimento político para assistir a população do campo a fim de que pudessem adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade. Nesse cenário surgiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) a fim de colocar essa política em prática. A expansão desse órgão em todo o território nacional se deu rapidamente, atingindo, na década de 1980, 77,7% dos municípios. Todavia, conforme salienta Carneiro *et al.* (2005), os extensionistas atuavam apenas com aqueles que possuíam o crédito agrícola, deixando os pequenos produtores rurais à margem desse serviço, seja pelo fato de não terem acesso ou de não quererem recorrer a ele, o que os levou a viver em uma situação de precariedade.

O modelo de extensão rural proposto nesse período, que embasava os extensionistas, era tecnicista, pois suas estratégias de desenvolvimento

e intervenção consideravam apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as perspectivas culturais, sociais e ambientais dos produtores rurais. A extensão rural visava, ainda, divulgar, impondo ou estendendo determinados conceitos às pessoas atendidas, ignorando, por sua vez, os processos de experiências, vivências, conhecimentos e aspirações das mesmas, fato que descaracterizava a condição de sujeito das pessoas envolvidas (FREIRE, 2006).

Na década de 80, devido, sobretudo, às mudanças políticas, com a queda do período militar, e com elas, o fim do crédito agrícola subsidiado, deu-se início a uma nova proposta de extensão pautada nos pressupostos teóricos de Paulo Freire.

A teoria de Paulo Freire, conhecida como *Pedagogia para a libertação*, ganha destaque nesse meio, por questionar as ações dos órgãos de extensão e do próprio extensionista. Freire (2006) vai discutir o conceito do extensionista, bem como a sua ação, rechaçando essa prática como educação para a libertação, pois o termo extensão submete a estender algo a alguém o que vai de encontro a uma educação que vê o aprendiz como sujeito e partícipe do processo, daí então, a necessidade de se rever tal prática.

FREIRE (2006) faz mais do que uma análise do trabalho do agrônomo extensionista como educador, também realiza um estudo profundo sobre a educação compreendida numa perspectiva de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo (*práxis*). O autor salienta que a ação educadora deve ser a de *comunicação*, se quiser chegar ao homem inserido em uma realidade concreta e histórica.

Conforme o autor, o termo extensão agrícola é muito limitado, devendo, sobretudo, a uma visão simplista da realidade e da superioridade com que o técnico agrícola enfrenta os camponeses. Transformando-os em coisa, objetos de planos de desenvolvimento, os técnicos acabam por negar a existência dos camponeses como sujeitos transformadores do mundo (FREIRE, 2006).

O autor ainda relata que a capacitação técnica não pode ser apenas entendida por meio de perspectiva humanista e científica, a não ser dentro de um contexto de uma realidade cultural global, ou seja, o capacitador deve considerar os sentidos que os aprendizes dão as coisas ao seu redor, assim

como as relações que eles estabelecem com o mundo. Nesse sentido, o agrônomo-educador não pode efetuar mudanças na atitude dos camponeses sem antes conhecer a visão de mundo que possuem e sem antes confrontá-los com a sua totalidade.

Freire (1977) ao fazer uma análise semântica e lingüística do termo extensão da ação extensionista diz que o mesmo está relacionado à transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, entre outros. Ressaltando que esses termos envolvem ações que transformam o homem em quase coisa, negando sua condição de ser de transformação e de reflexão. Portanto, nas palavras do autor o sentido do termo extensão indica a ação de estender, de forma que o que busca o extensionista é estender os seus conhecimentos e suas técnicas.

Sob o ponto de vista humanista essa terminologia é errônea, uma vez que:

(...) a ação do extensionista se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale a dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão (FREIRE, 1977, p.20).

Diante disso, o autor deixa claro que o conceito de extensão não corresponde a um fazer educativo libertador. Todavia, o papel que desempenha o agrônomo de educador-educando é fundamental, ressalta o autor, uma vez que esse é seu dever. Portanto, nas palavras do autor, fica clara a importância do extensionista e dos órgãos de extensão, desde que esses revejam a sua prática e considerem os aprendizes como sujeitos e que estão inseridos em uma cultura e que possuem também uma leitura de mundo.

Ainda que se tenha passado mais de 20 anos desde as palavras de Paulo Freire, pesquisas científicas apontam que uma prática de extensão diferenciada do modelo tecnicista pouco tem ocorrido, seja pelo fato de deturparem a teoria proposta pelo autor, seja pela fraqueza em quebrar o paradigma tecnicista.

A deturpação da teoria do referido autor pode ser verificada no artigo de Caporal e Ramos (2006) ao salientar que a Política Nacional de

Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelece que a nova ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) deve se alicerçar sob uma prática dialógica e construtivista. Sob esse enfoque verificamos a contradição existente na própria política, uma vez que a prática dialógica baseada em Freire (2007a) não se fundamenta na teoria construtivista, mas sim numa pedagogia como prática para a libertação. Barboza (2007) em um artigo científico sobre a cultura nas práticas de extensão rural também se contradiz ao utilizar Paulo Freire como referencial teórico do paradigma construtivista. Outro aspecto que evidenciamos sobre a dificuldade em se romper com o paradigma tecnicista consiste na própria finalidade da extensão na sociedade capitalista, ou seja, estender conhecimentos para incorporar os aprendizes na sociedade mercadológica das empresas de insumos e materiais tecnológicos.

Contudo, pelo fato de haver na atualidade a necessidade de um desenvolvimento sustentável no País, seja por conta dos ambientes institucionais, seja pelas necessidades do consumidor, há uma maior pressão para que os serviços públicos da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – modifiquem as suas práticas. Nesse sentido, a definição das políticas para o desenvolvimento sustentável diz ser fundamental uma agricultura que não se fundamente apenas em transferência de tecnologias (prática extensionista convencional), mas que faça uso de uma metodologia participativa.

Pensando nos pequenos produtores rurais no contexto atual, buscamos por meio desse trabalho mostrar, por meio da teoria de Paulo Freire, como é possível uma prática de *extensão*¹ que considere os produtores como sujeitos de sua produção. Levando em consideração as experiências empíricas dos produtores rurais, propomos um Modelo de Desenvolvimento de Produto em Propriedades Rurais (PDP rural) como uma opção para a produção de alimentos sustentáveis.

Utilizando o referencial teórico de Paulo Freire e entendendo os processos de ensino-aprendizagem como *praxis* que resulte em uma sociedade sustentável e mais humanitária, buscamos por meio do diálogo fornecer instrumentos aos pequenos proprietários rurais de forma que os levem a produzirem alimentos sustentáveis, tornando-os ao mesmo tempo sujeitos desse processo.

Produção de Bens Especiais Agroalimentares (BEAs) como alternativa à produção de Commodities

A produção de Bens Especiais Agroalimentares (BEAs) é uma opção de negócio que tem se mostrado uma alternativa à produção de *commodities*, garantindo a sobrevivência do pequeno produtor rural no mercado que é extremamente competitivo. Os produtos do tipo BEAs são aqueles que sofrem algum tipo de processo de transformação (minimamente ou totalmente processados) e/ou que podem receber algum tipo de certificação (orgânicos, de origem controlada, produtos tradicionais, entre outros) em suas unidades produtoras (ZUIN e QUEIRO, 2006). Essa definição contempla os aspectos sociais, econômicos e ambientais propostos para os produtos sustentáveis. Geralmente são produtos mais sofisticados quando comparados com os do tipo *commodities*, pois o preço pago por eles não é regulado de forma tão intensa pelo mercado, o que faz com que o produtor rural possua certa liberdade para cobrar um valor que ache conveniente. Todavia, pesquisas apontam a baixa capacitação desse pequeno produtor.

Por vivermos numa sociedade capitalista, é evidente que caso os pequenos produtores rurais queiram sobreviver nesse novo mercado eles devem assumir características empresariais e com responsabilidade social. Por meio da implantação do PDP rural (Processo de Desenvolvimento de Produtos em Propriedades Rurais) os produtores poderão tomar conhecimento de todos os aspectos técnicos e gerenciais que são necessários para o firmamento da sua propriedade no mercado, como por exemplo, o aumento de sua renda e taxa de empregos nas propriedades rurais, distribuição de renda regional, buscando o desenvolvimento sustentável da comunidade e, sobretudo, com respeito ao meio ambiente.

Um exemplo de produtos alimentícios que podem ser desenvolvidos na propriedade rural são as frutas ou legumes minimamente processados e higienizados, ou mais sofisticados como vinho, cachaça, palmito, salames e queijos (produtos processados, embalados e prontos para o consumo).

A manufatura e/ou certificação dos produtos *commodities* tem como finalidade garantir e desenvolver novos padrões de qualidade, o que resulta na satisfação dos consumidores e, acima de tudo, na redução dos custos de produção e impactos ambientais, propiciando assim, a sobrevivência do

pequeno produtor em um mercado cada vez mais competitivo. Todavia, o emprego de um modelo de processo de desenvolvimento de produto para o ambiente rural (PDP rural) torna-se essencial.

Modelo de Processo de Desenvolvimento de Produto para o Ambiente Rural (PDP rural)

O modelo (PDP rural) possui o propósito de sistematizar e organizar todas as atividades e tarefas realizadas pelo produtor rural no desenvolvimento de novos produtos alimentícios. Observa-se que essa estratégia produtiva, mesmo não formalizada, está sendo adotada por vários produtores rurais em suas propriedades, dos mais diversos seguimentos agropecuários, como evidenciam Zuin e Alliprandini (2006) em alguns estudos de casos.

Desta forma, capacitar os pequenos produtores no que tange à gestão do negócio é necessário para manter os mesmos no mercado. As dimensões da gestão que o produtor rural deverá adotar estão relacionadas ao planejamento estratégico da produção, ao controle de materiais e distribuição, qualidade, desenvolvimento de produto, custos de produção, ambientais, entre outros.

Didaticamente o modelo PDP rural proposto por Zuin e Alliprandini (2006) possui três macrofases, sendo elas: *pré-desenvolvimento, desenvolvimento e pós-desenvolvimento*.

A primeira macrofase de pré-desenvolvimento diz respeito às seguintes atividades: definição dos objetivos estratégicos; monitoramento das necessidades do mercado consumidor; elaboração de um conjunto de idéias para novos produtos; estudos de capacidade, financeiros e de mercado que irão selecionar uma idéia para um novo produto; e, por fim, elaboração dos conceitos de produto e embalagem.

A segunda macrofase, a de desenvolvimento, corresponde ao produto se tornar físico, saindo da esfera abstrata. Basicamente essa fase é dividida em duas fases: atividades de campo e/ou criação animal e de processamento. Na fase de campo o produtor rural deverá realizar duas atividades: projeto do produto e processo, onde deverão ser respondidas questões do tipo: que tipo de animais e insumos serão empregados? A propriedade rural possui mão-de-obra, maquinário, sistema de criação, área, entre outros requisitos,

adequados ao novo processo de produção? Solucionadas essas questões inicia-se a fase de processamento, cuja primeira atividade a ser realizada é o projeto do produto/embalagem e processo, na qual se irá determinar os padrões que o alimento deverá possuir (sua composição físico-química), a embalagem mais apropriada, a seleção e treinamento da mão-de-obra, compra de novos maquinários, construção do canal de distribuição, entre outras atividades. Nesse momento é confeccionado o protótipo do produto e tem início a realização de vários testes, como: determinação de sua vida de prateleira, análise sensorial e testes de embalagem. O produto passando por esses testes é levado à linha de produção, sendo realizada a produção do lote piloto com o objetivo de calibrar as máquinas e treinar os funcionários. Nesse momento, caso haja o interesse da empresa pela obtenção de um selo de garantia da qualidade, é chamada a empresa certificadora. A partir da validação do produto tem início a produção em massa e o seu lançamento no mercado consumidor, sendo essa a última atividade dessa macrofase.

A última macrofase, a de pós-desenvolvimento, corresponde ao conjunto de estudos que serão realizados nos ambientes internos e externos à empresa rural. Quanto ao ambiente interno têm-se estudos da conformidade do produto e eficiência do processo. Para o ambiente externo o produtor deverá buscar informações referentes à avaliação da previsão de sucesso no mercado e planejamento do futuro do produto. Essas informações serão empregadas durante o processo de melhoria contínua da empresa rural.

Diante do exposto, o modelo PDP rural possui como principal objetivo a sistematização das atividades e tarefas referentes ao desenvolvimento de novos produtos alimentícios, ajudando a garantir o sucesso dos pequenos produtores no mercado consumidor por meio dos produtos BEAs.

Apontamentos Metodológicos para a Capacitação dos Pequenos Produtores Rurais

Há muito tempo existem no mercado os produtos do tipo BEAs, como por exemplo, a produção de vinhos pelas empresas rurais. Entretanto, mais recentemente, esse tipo de produção e empresas que o manufaturam começaram a ser estudadas mais intensamente pelas ciências sociais aplicadas. Esses estudos, em sua maioria, sugerem que a produção desse

tipo de produto, por meio da verticalização de seus processos produtivos, resulte na geração de uma maior renda para os produtores rurais.

A adoção da produção de BEAs seria a agregação de valor a uma *commoditie* (matéria-prima) agrícola por meio de um processamento e/ou certificação, atendendo geralmente a atributos verificados importantes de alguns nichos de mercados, como por exemplo, pessoas que querem consumir um alimento orgânico pré-cozido, sendo que esses consumidores geralmente estão preocupados com a sua saúde e com o meio ambiente. Todavia, esses produtos são manufaturados de forma empírica, isto é, falta um modelo que sistematize as atividades e tarefas referentes ao desenvolvimento de novos produtos alimentícios como o que recomenda o PDP rural.

Desta maneira, por meio da extensão rural, fundamentados na teoria e metodologia de Paulo Freire, buscamos fornecer aos pequenos produtores instrumentos que possibilitem a eles a produção de BEAs dentro da sua própria propriedade rural.

Para tanto, o capacitador ou extensionista deverá fazer uma leitura de mundo conjuntamente com o aprendiz, respeitando o contexto ao qual o pequeno produtor pertence, ou seja, cabe ao capacitador mediar os conhecimentos científicos, por meio dos conhecimentos empíricos que o pequeno produtor já possui, pois como afirma Freire (2001, p. 33), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Entretanto, esses conhecimentos científicos não podem de forma alguma ser depositados nesse aprendiz, mas sim por uma aprendizagem significativa, que segundo o método de Paulo Freire, só ocorre por meio do diálogo e da mediação intencional do capacitador, uma vez que como bem salientou o autor: “o trabalho do agrônomo como educador não se esgota e não deve se esgotar no domínio da técnica, pois que esta não existe sem os homens e estes não existem fora da história, fora da realidade que devem transformar”, (2006, p.49).

Ao capacitador caberá, ainda, traduzir conhecimentos advindos da academia à “língua” falada desses aprendizes, uma vez que a língua só ocorre na interação. Por exemplo, fazer um “projeto do produto” ou mesmo um “diagnóstico do que o mercado consumidor procura”, talvez

não façam sentido a esses aprendizes pelo fato desses termos estarem num determinado campo lingüístico, o da administração. Todavia, os pequenos produtores rurais possuem o conhecimento empírico do que está por trás de tais termos, como a receita documentada (projeto de produtos) de uma compota de frutas, ou de um bom pão caseiro, ou mesmo de embutidos, etc. Segundo Freire (1977, p.89), “a capacitação técnica deve partir do nível em que eles se encontram, e não daquele em que o agrônomo julgue deveriam estar”.

O diálogo com esses aprendizes é fundamental, não somente quando falamos de extensão, mas em qualquer âmbito da educação. Esse é o único passo para que possamos trocar conhecimentos e sermos sujeitos e educadores-educandos desse processo. Rejeitar o diálogo, salienta o autor, é cair na prática depositante de um falso saber. “A problematização dialógica supera o velho *magister dixit*, em que pretendem esconder-se os que se julgam “proprietários”, “administradores” ou portadores do saber” (FREIRE, 1977, p.55).

Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação (FREIRE, 1977, p.55)

Desta forma, o diálogo como essência da relação educacional, busca problematizar o conhecimento dentro da sua realidade concreta, a fim de melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la. Portanto, a capacitação só pode realizar-se na *práxis*, ou seja, na ação e na reflexão e isso se revela na compreensão crítica das implicações da própria técnica.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o emprego do Modelo de PDP rural objetiva ofertar subsídios aos pequenos produtores rurais de forma que eles possam competir no mercado com as grandes empresas. Por se tratar de pequenas

propriedades rurais, esse é uma alternativa a esses pequenos produtores, pois pode ser facilmente empregado, desde que eles sejam capacitados a possuírem uma visão gerencial da administração de seus negócios. No entanto, essa capacitação deve iniciar-se a partir das necessidades e do contexto de cada aprendiz (pequeno produtor) por meio do diálogo, de forma que o modelo PDP rural não é determinante e nem uma receita de “como fazer”, mas sim um norteador para as infinitas singularidades existentes em cada sujeito e contexto. Caso o modelo fosse determinante de nada valeria a proposta metodológica baseada na teoria de Paulo Freire.

Desta forma, o modelo PDP rural necessita a aprendizagem constante do capacitador e do pequeno produtor rural de maneira a considerar o contexto das necessidades do produtor, da propriedade e do mercado da região. Do ponto de vista didático esse modelo consegue mostrar claramente as mais diversas interações entre as dimensões gerenciais que serão empregadas nesse processo. Por meio da capacitação desse modelo e posterior produção dos BEAs, a propriedade rural tende a gerar uma maior renda, influenciando positivamente vários aspectos socioeconômicos, mercadológicos e ambientais, tanto no seu ambiente interno como externo.

Desta forma, transformar o modelo de PDP rural como referência (e não determinação) para a manufatura de produtos *bens especiais agroalimentares* (BEAs) junto aos órgãos de extensão rural, é a proposta desse trabalho para melhorar a qualidade de vida desses pequenos produtores rurais.

NOTAS

- 1 Embora Freire (1977) rechaie esse termo, pois vai de encontro a proposição do trabalho do extensionista dentro de uma prática de educação para a libertação, não modificaremos esse termo, pois ele caracteriza a área, ainda que para nós o termo comunicação dado por Paulo Freire seja mais condizente com a tarefa do extensionista.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, M. T. A cultura nas práticas de extensão rural desenvolvidas pela EMATER-RS-ASCAR no RS. Anped, GT: Educação Popular, 2006

proposta de um modelo...

CARNEIRO, E. F.; SILVA, N. L e FRAXE, T.J.P. A Extensão Rural no Médio Solimões: uma proposta interdisciplinar. Disponível em: <http://www.alasru.org>, Acessado em: 20/06/2005.

CAPORAL, R.C. e RAMOS, L.F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. 2006.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia:saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007 (a).

FREIRE, P. Ação Cultural para a Liberdade. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007 (b).

ZUIN, L.F.S.; ALLIPRANDINI, D. H . Gestão da inovação na produção agropecuária (GIPA). In: ZUIN, L.F.S. (Org.); QUEIROS, T.R.. (Org.). Agronegócios: gestão e inovação. 1 ed. São Paulo: Saraiva,v.1, 2006.

ZUIN, L.F.S.; QUEIROZ, T.R. Gestão e Inovação nos Agronegócios. In: ZUIN, L.F.S. (Org.); QUEIROZ, T.R. (Org.). Agronegócios: gestão e inovação. 1 ed. São Paulo: Saraiva, v.1, 2006.